www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 63. Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade.

Coordenador(es):
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (UFRR - Universidade Federal de Roraima)
Marjo de Theije (Vrije Universiteit Amsterdam)

Sessão 1
Debatedor/a: Fernanda Valli Nummer (UFPA - Universidade Federal do Pará)

O GT tem por objetivo principal estimular a manutenção de uma rede de pesquisa e de intercâmbios sobre as novas dinâmicas da memória, do imaginário, das emoções, dos ofícios e profissões, com ênfase no estudo de fenômenos no espaço da contemporaneidade. A influência da extrema direita favorece a emergência de novos atores sociais, fronteiras espaciais, fluxos migratórios e formas de sociabilidade que afetam padrões de trabalho que precisam ser elucidados antropologicamente. A proposta atual visa atender a ampliação das perspectivas sobre diferentes dimensões das relações humanas (imagéticas, econômica, política, de reciprocidade, de associação, de projetos para a vida). Daremos continuidade aos vigorosos debates das últimas quatro RBA's e optamos pelo rodízio de coordenadoras. Em 2015, foi publicado o primeiro livro, resultado destas discussões: "Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas". Em 2019, as etnografias reunidas foram publicadas em forma de Dossiê, na "Revista de Antropologia Amazônica", da UFPA. Nesta reunião mantemos o foco nos estudos etnográficos relacionados aos temas em que ofícios e profissões são analisados não apenas como funções sociais especializadas que as pessoas desempenham de acordo com as necessidades de outras, mas sim como uma das múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos, sendo capazes de gerar esquemas de percepção e ação no mundo social. A busca por publicação dos trabalhos pré-selecionados permanece, igualmente, como princípio

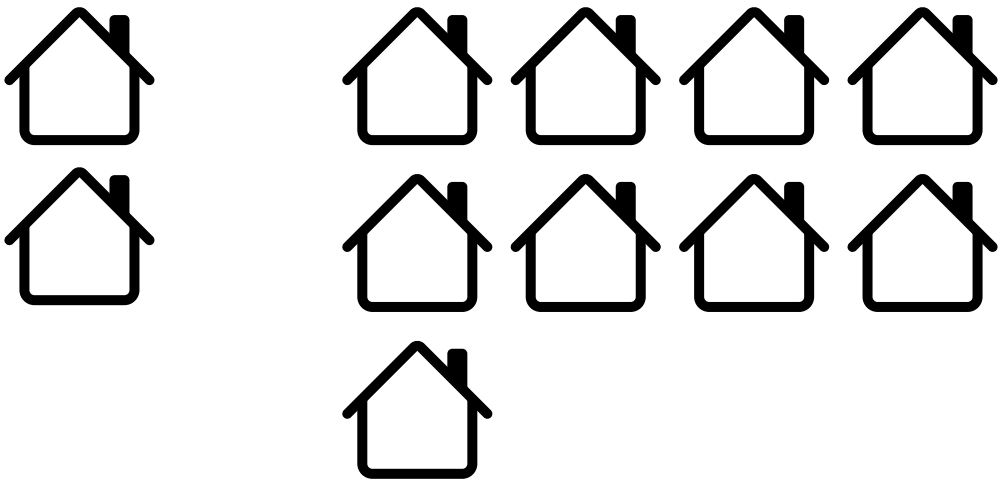
> **As associações dos advogados criminalistas: conflitos, identidades, hierarquias e moralidades em ação no mundo social.**
> **Autoria:** Izabel Saenger Nunez (UFF - Universidade Federal Fluminense)
> Neste paper pretendo discutir os sentidos e os significados atribuídos pelos advogados criminalistas do Rio de Janeiro, e sobre eles, a partir das associações profissionais em torno das quais se organizam. Eles não ficam restritos apenas à atuação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e integram outros círculos sociais ligados ao desempenho de suas funções. Pretendo trabalhar nesse paper, especialmente as disputas, os contrastes produzidos e as identidades acionadas de diferentes formas. No estado do Rio de Janeiro, mas de abrangência nacional, o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) foi criado em 1842, antes da OAB. Em torno dele começaram a se reunir os que, na Corte, faziam ?da advocacia profissão habitual?. Tinham, naquele momento, a finalidade de ?organizar a ordem dos advogados, em proveito geral da ciência da jurisprudência?. Até hoje se afigura em um espaço de participação institucional. Os criminalistas reúnem-se na segunda sexta-feira de cada mês, na Comissão de Direito Penal. Uma das principais atividades desenvolvidas é a elaboração de pareceres sobre projetos de lei envolvendo legislação penal e processual penal. Depois, já no contexto democrático, foi fundada a Sociedade dos Advogados Criminais do Rio de Janeiro (SACERJ), na década de 90, para, segundo seu presidente ?bater contra a ideia de uns malucos que queriam instituir a pena de morte no Brasil?. A referida instituição ficou inativa durante muito tempo e teve seus encontros retomados no ano de 2019. No contexto nacional, mas cuja atuação é bastante intensa no Rio de Janeiro, recentemente surgiram duas associações, uma em dissidência da outra. A Associação Brasileira

 ISBN: 978-65-87289-08-3

dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM), em 1993. E a Associação Nacional da Advocacia Criminal (ANACRIM), criada em 2018, em razão de um desentendimento entre os dirigentes da primeira. Ambas têm um funcionamento muito semelhante. Além das mobilizações virtuais, por meio de grupos de whatsapp e facebook, promovem encontros regionais e nacionais. A participação nos encontros e a associação à ambas também têm valor semelhante. Por fim, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) foi fundado no ano de 1992 e institucionalmente se define como ?entidade não-governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública e promotora dos Direitos Humanos?. Meus interlocutores classificam-no como ?mais acadêmico?. Entre todas as ?associações? é a mais cara, custa R$ 813,00 para profissionais. Seus eventos também são os mais caros. No ano de 2019, o Seminário Internacional de Ciências Criminais, que estava em sua 25a edição, era de R$ 1.060 a R$ 1.250,00 para profissionais associados à entidade. E de R$ 1.305 a R$ 1.540, para profissionais não associados.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**